

A FILOSOFIA COMO EDUCAÇÃO PARA O PENSAR DECOLONIAL NUMA PERSPECTIVA FREIRIANA

Data de submissão: 31/01/2025

Data de aceite: 01/04/2025

Gian Carlo Santos Garcia

Mestrando programa de pós-
graduação PPGEPT –UFSM

Ascísio dos Reis Pereira

Professor associado do departamento
de fundamentos da educação/ prof.
Permanente PPGEPT

Francisco Nilton Gomes de Oliveira

Prof. associado faculdade medicina,
dep. Terapia ocupacional UFRJ/ prof.
Permanente PPGEPT -UFSM

RESUMO: Em um mundo cheio de tecnologias e avanços diários nos meios de comunicação, tornou-se comum e prático a falta de interesse pelo conhecimento formal. Conhecimento que por séculos moveu a espécie humana e seu interesse por saber mais. Hoje o celular, o computador e a televisão, tornaram-se líderes de uma nova geração, formada a partir de informações que não se julgam ser necessário comprovar sua veracidade. A filosofia, por outro lado, é a mãe de todas as ciências e teorias que temos a saber, porém, antes de nossos dias atuais, já houve forças contrárias ao estudo e conhecimento desta disciplina que, não se limita a dar respostas prontas; ela traz como objetivo maior, auxiliar na investigação, no

debate, na reflexão e no questionamento das coisas enquanto existentes. Paulo Freire, educador brasileiro, com reconhecimento internacional, foi um homem que soube valorizar o pensar humano, a partir de suas experiências e aprendizados ao longo da vida. Todas as formas de conhecimento são legítimas e merecem serem valorizadas, enquanto instrumentos de construção do conhecimento. Este trabalho tenta apresentar alguns argumentos que justificam a importância e a relevância da filosofia como uma disciplina de formação humana, que contribui tanto para educandos como para educadores, para uma construção sólida de um conhecimento que os auxiliará nos obstáculos presentes no meio da formação tanto acadêmica, quanto educacional de nosso sistema. Aliado a isso, enfrentamos uma desacerbada onda de preconceitos e discriminações, vista por muitos como legítima e normal. Somos frutos de uma educação eurocêntrica, onde negar sua cor, raça, religião ou mesmo opção sexual é a melhor alternativa. Busca-se com esse artigo, esclarecer um pouco mais sobre educação para a vida, pois como seres humanos, precisamos agir de tal modo.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonial. Educação. Freire. Filosofia.

INTRODUÇÃO

Todos nós, educadores e estudiosos, esperamos com ansiedade o século XX para acompanharmos os avanços e os novos rumos que a educação nos apresentaria; Eis que o tempo andou, e hoje nos deparamos com problemas iguais ou talvez maiores dos que tínhamos a tempos atrás. A ciências evoluíram, a medicina se ampliou, as tecnologias avançaram de forma surpreendente e as mídias se expandiram mais do que se esperava. Contudo, a escola continua existindo e exercendo seu papel. Qual é o papel da escola no mundo moderno? Resposta difícil de se responder frente a todas as modernidades que o mundo vem apresentando.

De fato, tudo precisa mudar e evoluir, mas a realidade existente, não se apresenta dessa forma. Continuamos sem políticas públicas eficazes voltadas para a área da educação; e aqui não culpo a política ou partidos, ao contrário de procurar culpados, precisamos encontrar respostas para muitas questões não resolvidas.

Os anos são outros, mas ainda temos uma desvalorização e desrespeito aos profissionais da área da educação, com salários baixos, escolas sucateadas, serviços terceirizados e mal remunerados, falta de acesso de tecnologia a muitos educadores e educandos em suas unidades de ensino.

Mesmo que o futuro não posa ter “previsto”, para compreendermos melhor o presente e tentarmos melhorar o futuro, é importante voltar o olhar ao passado, não observando Educação como um objeto isolado do mundo, mas sim, como uma espécie de termômetro social, totalmente passível de mudanças e adaptações.

Evidentemente a Educação, como reflexo cultural, evoluiu conforme as mudanças da sociedade. Tais mudanças, tornaram-se imprescindíveis à leitura/reflexão e à escrita de teóricos que se debruçam sobre o tema Educação.

Infelizmente, mesmo detectadas inúmeras falhas, a reavaliação teórica ficou (e ainda fica) muito mais no plano das ideias do que na esfera prática. “É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que num dado momento, a tua fala seja a tua prática”. (Paulo Freire)

Ainda sob o ponto de vista cultural, o primeiro fracasso observado no modelo que regeu a Educação no século XX, sem sombra de dúvidas, foi a tentativa de compreender o modelo cultural europeu como único e superior, desprezando assim as identidades fragmentadas dos sujeitos com suas culturas e regionalizações. Prova disso é o ensino profissionalizante que, embora seja reconhecidamente necessário, mas ineficiente em nosso país, continua ganhando fôlego e espaços dentro do cenário da Educação do século XXI, gerando mão de obra barata e necessária aos interesses de poderosos, dominantes e capitalistas, investidos e denominados empresários.

Não é possível uma visão global, sem que para isso haja engajamento e disponibilidade por parte dos professores. Precisamos valorizar aqueles que estão na frente da linha de trabalho, com crianças, jovens e adultos, que precisam beber desta fonte chamada conhecimento.

Em conformidade com as ideias de Francisco Íbermon, são necessários aos educadores alguns aspectos que compactuem com o novo olhar de educação: recuperar seus processos educativos, saindo do isolamento e procurando trabalho conjunto; uma maior sensibilidade em relação às minorias sociais e reconhecimento que os modelos pedagógicos canônicos colaboram para exclusão desses grupos; buscar promover a democratização do conhecimento, através da integração comunidade/escola e assim, verdadeiramente perceber a Escola como universal.

Não se trata, portanto, de apenas ter em mãos giz e livros, ou de saber utilizar de modo adequado o quadro negro, ou ainda, de criar planos de aula pouco triviais, aparentemente inovadores, mas que, no entanto, nada lograrão ao professor e aos alunos, caso sejam incapazes de possibilitar uma postura crítica diante do texto literário ou de qualquer outro objeto de estudo e principalmente, promover a inserção real desses sujeitos independente de sua classe social, grupo étnico, etc.

A busca pela igualdade, é um assunto delicado, porque ele vai no caminho inverso da homogeneização que de uma certa forma foi fomentada do século XX. A normatização do conhecimento também exclui, conforme aponta Íbernón:

“a norma escolar não foi pensada e desenvolvida para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a integração passiva para a padronização. Sendo assim refletir sobre a educação para o futuro pode supor a proposição de modificações significativas da instituição educativa e das relações que nela se produzem. (IMBERNÓN, Francisco. 2000, p. 82)

Não significa que o século XX não tenha olhado as diferenças em sala de aula, mas, tentou “compensa-las”, e não há integração nem igualdade, se em uma sala de aula o tratamento for uniforme, porque ao invés de acabar com as diferenças, se acabará ressaltando-as. Tal atitude compreende um olhar diferenciado para cada estudante, respeitando sempre suas particularidades.

A família, ganha no novo modelo, papel de destaque, tendo em vista que é tênue a linha que separa a família e escola e que por vezes, há uma inversão equivocada desses papeis. É necessária a participação efetiva dos pais na formação de seus filhos e a facilitação por parte da escola para que isso ocorra. Para Íbernon:

“A participação da comunidade é imprescindível para tornar possível o trabalho do campo da diversidade, já que este só pode acontecer em um ambiente de comunicação aberto e flexível, adaptado ao contexto e que permita a livre expressão dos professores e dos alunos e dos membros da comunidade. A escola deve abrir suas portas e derrubar suas paredes não apenas para que possa entrar o que se passa além de seus muros, mas também para misturar-se com a comunidade da qual faz parte”. (IMBERNÓN, Francisco. 2000, p. 85).

A escola é, muitas vezes, um dos poucos momentos de convívio social dos alunos, portanto, compreender seus núcleos familiares com todas as suas particularidades, certamente faz com que se tenha um novo olhar sobre esse aluno facilitando adequações da prática docente.

De acordo com Hall (2004), na modernidade tardia, a concepção de sujeito não foi apenas desagregada, mas, sobretudo, deslocada por uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno, a começar pela tradição do pensamento marxista que, com Althusser, levou ao deslocamento duas proposições-chave da filosofia moderna: a essência universal do homem, que passa a ser entendida como atributo do indivíduo singular, do sujeito real. Sendo assim, é importante como preconiza Ibernôm: “[...]recuperar uma pedagogia da pergunta e não só da resposta, favorecedora de uma aprendizagem mais baseada no diálogo do que no monólogo.”

Cabe, trazer nessa discussão que a descoberta do inconsciente por Freud, abalando os sentidos iluministas da Razão; o trabalho sobre a linguagem de Sausurre, para quem a língua é um sistema que emerge dos significados culturais; a genealogia do sujeito moderno de Foucault, que permite reconhecer o paradoxo de que, quanto mais organizada a natureza das instituições na modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito; e o impacto do feminismo, como crítica teórica e movimento social, foram os outros descolamentos que colocaram a questão da identidade no âmbito da cultura, tornando irrevogável uma nova postura do professor no século XXI, para que mantenha seu olhar atento a essas mudanças. Entendendo a Educação como objeto histórico, se trata de um processo em que a história se “culturaliza”, do mesmo modo que a cultura é, e está sempre inscrita na dinâmica histórica.

Um novo modelo de educação clama por liberdade e progride de sistemas educacionais engessados, que em pouco ou quase nada, colaborem para uma educação baseada no diálogo e que fuge da padronização reducionista do ensino.

O estímulo ao sujeito crítico e não conformado com a crueldade dos sistemas sociais tão presentes no capitalismo, é um grande desafio para a ratificação de um modelo bem-sucedido de educação, lembrando sempre que esse, é sempre inacabado.

O trabalho do educador é braçal e seu resultado, acontece a longo prazo. Toda quebra de paradigma é difícil e requer por parte de todos os sujeitos envolvidos no processo da educação, que sejam desacomodados. A mudança do século XX para o século XXI enquanto período histórico é muito recente e talvez seja por isso que tenhamos muitos “ranços” do século passado em nossos sistemas educacionais do presente.

Mesmo assim, por tudo que foi anteriormente mencionado, a educação é a única arma capaz de transformar o mundo, por isso, não é uma tarefa apenas do educador, mas, de toda sociedade.

“Educar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”.
(Paulo Freire)

Neste contexto aparece no cenário educacional a Filosofia como uma disciplina que vem auxiliar na educação para o pensar. Educação vista pela sociedade moderna ou atual, como uma educação que leva o ser ao despertar de sua estagnação e acomodação intelectual. Vê-se necessário no século XXI, uma maior inquietação do ser, no que diz respeito ao pensar por si só.

Sabe-se que este trabalho é árduo e a longo prazo, pois, assumir uma atitude filosófica, aqui entendida como a de criticar, refletir e questionar sua realidade ou mesmo situação atual, não acontece tão rapidamente assim, visto que nossa história e trajetória de educação, nem sempre foi tão liberal e progressista assim.

DESENVOLVIMENTO

O ensino de filosofia no Brasil foi desenvolvido, vinculado a ideologias e, a disciplina apresentou, até pouco tempo, um caráter instrumental, pois foi inserida e/ou retirada do currículo da escola pública de acordo com interesses institucionais e políticos.

ALVES (2002) apresenta os períodos da história do Brasil, verificando quais deles contemplavam a filosofia no currículo. Segundo o referido autor (2002), desde o Brasil colônia a filosofia sofre várias inserções e retiradas dos currículos da educação brasileira.

No período compreendido entre a primeira guerra mundial e o golpe militar de 1964, a presença da filosofia é indefinida: algumas vezes fazendo parte dos currículos, outras vezes não, de acordo com interesses principalmente políticos.

No período ditatorial, após 1964, se configura como período de ausência da filosofia na escola secundária e, no período de redemocratização política após 1980, caracterizada como presença controlada.

Observa-se que a LDB 9.394/ de 20 de dezembro de 1996, propôs modificações importantes no ensino médio brasileiro, sugerido no artigo 36:

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre [...] domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania (PCNs,1999, p.46-7)

Entretanto, essa lei não especifica se tais conhecimentos seriam através de uma disciplina específica ou algo em torno de temas transversais. Com essa indeterminação foi encaminhado no ano de 2001 outro projeto de lei que propunha a obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia, mas o então presidente Fernando Henrique Cardoso, embora sociólogo por formação acadêmica, vetou o referido projeto.

Oito anos depois, já com outro governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retomou o mesmo projeto de lei e, nessa oportunidade o mesmo foi aprovado. Assim sendo, passou a vigorar em 02 de junho de 2008, a Lei 11.684 que determina a obrigatoriedade em todas as séries do Ensino Médio.

Já no ano de 2009, para agilizar esse processo e assegurar a inserção dessas duas matérias durante o Ensino Médio, surgiu a Resolução nº1, de 15 de maio do referido ano, que dispõe, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com as seguintes orientações:

Art. 1º Os componentes curriculares, Filosofia e Sociologia são obrigatórios ao longo de todos os anos do Ensino Médio, qualquer que seja a denominação e a organização do currículo, estruturado este por sequência de séries ou não, composto por disciplinas ou por formas flexíveis (2009, p.1).

Desde o segundo semestre de 2008 e os anos posteriores, portanto, contamos com a adequação e os novos desafios enfrentados pelos professores de filosofia.

O que justifica a presença da filosofia como disciplina no currículo do Ensino Médio é a oportunidade que ela oferece aos jovens estudantes de desenvolverem um pensamento crítico e autônomo. Em outras palavras, a filosofia permite que eles experimentem um ‘pensar por si mesmos’ [...] A filosofia ‘desnaturaliza’ nosso cotidiano, fazendo com que nos coloquemos sob suspeita, sob interrogação, nos fazendo ‘pensar o próprio pensamento’. E, com isso, nos permite produzir um pensamento mais bem elaborado, com melhores fundamentos, mais crítico. (GALLO In ASPIS, GALLO, 2009, p.43).

Ainda GALLO citando FOUCAULT diz que ele:

[...] caracterizou a atividade filosófica como uma espécie de exercício de si, no pensamento’. Isto é, como um trabalho de pensar sobre si mesmo, que faz com que crescamos e nos modifiquemos como pessoas. (In ASPIS, GALLO, 2009, p.43)

GALLO entende que o que faz com que a filosofia seja Filosofia é esta se caracterizar, como uma “oficina de produção de conceito”. Como toda a produção do novo pode ser desestabilizada do que está posto, ele afirma que:

“Não se ensina filosofia impunemente; não se aprende filosofia impunemente. A ‘oficina de conceitos’ é um local perigoso, de onde podem brotar conceitos que sejam ferramentas para mudar o mundo”. (GALLO, 2009, p.208).

Talvez aí esteja uma explicação para as continuas inserções e retiradas da filosofia dos currículos escolares.

De acordo com os PCN’s, o estudante de ensino médio deve ter a oportunidade de desenvolver as competências e habilidades filosóficas. Tais competências e habilidades são representadas por conceitos como elaborar de modo reflexivo, debater, investigar, compreender, argumentar, contextualizar, articular conhecimentos, entre outros.

Contudo, mesmo com a obrigatoriedade da disciplina no ensino médio se sabe que o estudante ainda não se interessa em filosofar. Logo, é preciso refletir sobre as competências e habilidades propostas nos PCNs para o ensino de filosofia, para que se compreenda se esse ensino atinge o que se propõe e qual o critério usado para propor tais competências e habilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) trouxe para a educação brasileira uma atualização significativa, dando origem a documentos ou normatizações que passam a nortear o ensino, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1999), que são textos escritos para orientar as escolas e professores para a consecução do novo ensino médio proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), DE 1998.

O ensino médio a partir de então passou a ser dividido em quatro grandes áreas, a saber: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Para cada área foi elaborado um texto específico, onde são colocados os conhecimentos sobre o componente curricular, assim como as competências e habilidades a serem desenvolvidas pela disciplina.

Sobre os objetivos do ensino médio, o que o Artigo 35 da LDB/96 propõe:

O aprimoramento do educando como ser humano, a sua formação ética, o desenvolvimento da sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, sua preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado. (p. 28-9)

Nessa perspectiva a Filosofia tem importante contribuição a oferecer. Além disso, a Filosofia é vista como aquela que além de manter contato com as outras áreas curriculares, contribui especificamente, porque recorre a sua natureza argumentativa e a sua tradição histórica.

Para que se consiga efetivar esses objetivos o ensino de Filosofia abandonou a compreensão de um ensino que privilegia apenas os conteúdos e o saber meramente enciclopédico. O ensino de Filosofia passa a ser entendido como atividade:

Aprender Filosofia significa romper a centralidade da ideia de um conteúdo programático e privilegiar a Filosofia como atitude, como aquisição de competências específicas do filosofar. É exatamente esta a implicação do infinitivo filosofar: uma disciplina de Filosofia deseja fazer com que o aluno aprenda a filosofar, o que significa, em última instância, adquirir uma série de capacidades e habilidades que lhe permitirá dialogar com textos filosóficos, através da leitura crítica e da escrita, e mobilizar os conhecimentos enquanto recursos a serem empregados nas mais complexas situações reais. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/RS, 2009, p.118).

Paulo Freire foi um célebre educador que desenvolveu uma pedagogia voltada para a consciência e o pensar autônomo. Freire rompe com uma escola alienante, de uma educação bancária e propõe uma educação que fundamentalmente reside em despertar no educando a curiosidade, o espírito investigador e a criatividade.

Enquanto a escola tradicional e conservadora procurava acomodar os alunos ao mundo, a educação defendida por Freire, tinha a intenção de inquietá-los e desacomodá-los.

A reflexão crítica da prática é uma exigência da relação teoria/prática, sem a qual a teoria seria apenas palavras, e a prática, ativismo. Há um processo a ser considerado na experiência permanente do educador. No dia a dia ele recebe os conhecimentos – conteúdos acumulados pelo sujeito, o aluno, que sabe e transmite-lhe. Nesse sentido, ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, alma a um corpo indeciso e acomodado. Ensinar é mais que um verbo, pede-se um objetivo direto e claro: quem ensina alguma coisa, a alguém, também aprende muito, pois o processo se dá através de uma troca.

O professor que ensina certo não aceita o “faça o que digo e não faça o que eu faço”. Ele sabe que as palavras às quais falta exemplo quase nada valem. É preciso uma prática testemunhal que confirme o que se diz em lugar de desdizê-lo.

A teoria e a práxis de Paulo Freire cruzam as fronteiras das disciplinas, das ciências e dos espaços geográficos. [...] Ao mesmo tempo em que as suas reflexões foram aprofundando o tema que ele perseguiu por toda a vida – a educação como prática da liberdade – suas abordagens transbordaram-se para outros campos do conhecimento, criando raízes nos mais variados solos, fortalecendo teorias e práticas educacionais, bem como auxiliando reflexões não só de educadores, mas também de médicos, terapeutas, cientistas sociais, filósofos, antropólogos e outros profissionais (Gadotti, 2007, p.28).

O novo não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, nem o velho recusado, apenas por ser velho. O velho que preserva sua validade continua novo.

Ensinar a pensar certo é algo que se faz e que se vive enquanto dele se fala com a força do testemunho; exige entendimento participativo. É tarefa do educador desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzindo nele compreensão do que vem sendo comunicado. O pensar certo é intercomunicação dialógica e não polêmica.

É fundamental que o aprendiz da prática docente saiba que deve superar o pensar ingênuo, assumindo o pensar certo produzido por ele próprio, juntamente com o professor formador. Por outro lado, ele deve reconhecer o valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição.

Através da reflexão crítica sobre a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática.

Não obstante a isso, vivemos uma onda desacerbada de incentivos a cultura do ódio. Após os ataques de 8 de janeiro aos prédios dos três poderes em Brasília, teve início, com o apoio do ex-presidente do Brasil, uma onda de desrespeito ao estado democrático de direito e ofensas sem precedentes aos mais diversos grupos sociais legitimamente constituídos. Tornou-se “comum” aos olhos de alguns ofender, perseguir, discriminar e julgar a tudo e a todos, de uma forma ilegal, antiética e desumana.

Em um recente trabalho de pesquisa, apontei de forma veemente o preconceito contra os povos negros no Brasil, mas o problema vai além: existe uma forte corrente colonial e capitalista perseguindo povos indígenas, mulheres, gays, marginalizados de favela, entre muitos outros casos.

Boaventura de Souza, aponta que a linha imaginária que existe entre o Norte branco e o Sul negro, se fortalece a cada dia com políticas colonialistas, racistas e discriminatórias. Tais ideias ganharam mais força com o resultado das eleições dos EUA, onde seu novo presidente Donald Trump, iniciou uma perseguição severa e desumana aos cidadãos latinos moradores daquele país, deportando-os de forma ignorante, cruel e perversa.

CONCLUSÃO

Frente a tudo que refletimos anteriormente, podemos com convicção afirmar que o mundo caminha para o caos. Países em guerra, nações se levantando contra nações por terras e dinheiro, direitos humanos sendo considerados ideologias de esquerda, ofensas e atos preconceituosos sendo vistos como legítimos, enfim, estamos vivendo os dias em que tudo pode e tudo se justifica.

Corroborar para acabarmos com isso ou pelo menos termos pessoas com senso de justiça e humanidade mais acentuados, a esperança na educação e a valorização da escola enquanto lugar de produção de conhecimento sem os vícios e erros do passado.

O profissional de educação precisa adotar uma postura pedagógica que seja muito mais do que uma teoria, mas sim sua característica frente ao processo educacional. Não basta dizermos as coisas, é preciso assumi-las no decorrer do processo.

Ensinar exige respeito à curiosidade e ao gosto estético do educando, à sua inquietude, linguagem, às suas diferenças. O professor não pode eximir-se de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, nem de ensiná-lo. Deve estar respeitosamente presente à sua experiência formadora.

Quanto mais colocamos em prática de forma metódica nossa capacidade de indagar, aferir e duvidar, tanto mais crítico se faz nosso bom senso. Esse exercício vai superando o que há de instintivo na avaliação que fazemos de fatos e acontecimentos. O bom senso tem papel importante na nossa tomada de posição em face do que devemos ou não fazer, e a ele não pode faltar a ética.

Precisamos conhecer as diferentes dimensões da prática educativa, tornando-se mais seguro em seu desempenho. O homem é um ser consciente que usa sua capacidade de aprender não apenas para se adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade.

A memorização mecânica não é aprendizado verdadeiro do conteúdo. Somos os únicos seres que social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Para nós, aprender é aventura criadora, é construir, reconstruir, constatar para mudar, e isto não se faz sem abertura ao risco.

A autonomia vai se constituindo na experiência de várias e inúmeras decisões que vão sendo tomadas. Vamos amadurecendo todos os dias, ou não, enquanto amadurecimento do ser por si, é processo; é vir a ser. Não posso aprender a ser eu mesmo se não decido nunca porque há sempre alguém decidido por mim.

...uma das tarefas mais importantes da prática educativa é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensinam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar (Freire, 1997, p.46).

Nesta perspectiva o profissional da educação leva os alunos a descobrirem caminhos, mas não como verdade absoluta, como dizia Freire “...ninguém ensina nada a ninguém, mas as pessoas também não aprendem sozinhas (...) os homens se educam entre si mediados pelo mundo” (Gadotti, 2007, p. 35).

Toda criança, alfabetizada ou não, chega à escola levando uma cultura que não é melhor nem pior do que a do professor.

A Filosofia aqui aparece com o mais importante e fundamental de todos os papéis, dentro deste processo: o de questionar e propor uma reflexão teórica, que nos leve a caminhar para uma prática, tirando-nos do comodismo e da “ignorância”.

O método de Freire não visa apenas tornar mais rápido e acessível o aprendizado, ele pretende habilitar o aluno para “ler o mundo”, como a Filosofia já o fazia a mais de 2000 anos.

Aprender a ler a realidade é em última análise ser capaz de compreender o mundo em que vive, para em seguida poder reescrever essa realidade transformando-a. Neste pensar Freire nos deixa a ideia de que tudo está em permanente transformação e interação. Por isso, não há futuro a priori, como Freire gostava de repetir no fim de sua vida, como uma crítica aos intelectuais de esquerda, que consideravam a emancipação das classes desfavorecidas como algo inevitável para o progresso da história.

Ainda segundo Freire, o homem é um ser inacabado, ou seja, está em constante transformação e aprendizado. Assim, não se deve desprezar as pessoas por sua classe ou condição social.

A educação vista para um pequeno grupo, que pode e tem condições de pagar por algo que nos é garantido em lei, não tem o direito de conseguir enxergar o mundo na forma injusta como ele nos é apresentado. Cabe a todos nós este direito, já que somos a massa transformadora da realidade e sociedade.

Desigualdade social, racial, econômica ou de qualquer outro gênero, atrasa nosso crescimento enquanto seres humanos. Precisamos despertar nossas crianças e adolescentes para a vida que se apresenta na sua frente. Contudo, cabe a Filosofia enquanto amiga da sabedoria, usar da arma que melhor dispõem: pensamento.

“Penso, logo existo”. Assim como Descartes, Freire também defendeu essa premissa durante sua vida toda. Pensar para transformar, mudar, questionar e mesmo revolucionar se for preciso.

A chave de todo o segredo e do sucesso do processo educativo, não está em nenhum livro ou manuscrito, está na nossa ação transformadora que deve ser a base de toda nova visão de mundo, sociedade, homem e realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB**. Campinas: Autores Associados, 2002.

ASPIS, Renata Lima, GALLO, Silvio. **Ensinar filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BRASIL, PCN's + ensino médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias, Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnologia, 2002. Brasília: 2009.

BRASIL, Idb: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394/96. 5ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

FARIAS, Vera Elizabete Prola: **Representação da história e registro de identidade**. A geração da Utopia, de Pepetela: nos impasses da modernidade. Tese de Doutorado, Santa Maria: UFSM, 2010.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar / Moacir Gadotti – 1 Ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GRISSALT, Katy. **50 autores chave de filosofia: e seus textos incontáveis** / tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. RJ: DP&A, 2004.

IMBERNON, Francisco. **A amplitude e profundidade do olhar**: a educação ontem, hoje e amanhã. In: A educação do século XXI. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RIBAS, Maria Alice C. et AL (RS). **Filosofia e ensino**: a filosofia na escola. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 2005 (coleção filosofia e ensino).

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / RS. **Referencial Curricular**, 2009, volume 5, professor.

SOFISTI, Juarez Gomes. **Sócrates e o ensino da filosofia**: Investigação Dialógica: uma pedagogia para a docência de filosofia. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Literatura Pedagógica**. In: Dialogia. V.8 São Paulo: Global, 2008.